

HABEAS CORPUS Nº 548.125 - SP (2019/0354257-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALANDESON DE JESUS VIDAL - SP168644
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ FRANCISCO DA SILVA NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ FRANCISCO DA SILVA NETO, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO assim ementado (fl. 12):

Agravo em Execução Penal - Decisão que deferiu a progressão ao regime semiaberto - Recurso do Ministério Público visando a cassação da r. decisão de primeiro grau - Requisito objetivo preenchido - Requisito subjetivo caracterizado pelo elemento de ordem social que não restou convincente a fim de que o sentenciado mereça o benefício almejado, não sendo suficiente o atestado de bom comportamento carcerário - Sentenciado que cumpre pena pela prática de roubos qualificados e furtos qualificados, com previsão de término somente para 2026, e que registra em seu histórico prisional o cometimento de falta disciplinar de natureza grave consistente em abandono, vez que não retornou da saída temporária de Natal - Insuficiência do atestado de bom comportamento carcerário para a aferição do requisito subjetivo - Provimento.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções deferiu a promoção do paciente ao regime semiaberto (fl. 28).

Irresignado, o *Parquet* Estadual interpôs agravo em execução penal, que foi provido pelo Tribunal local.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que a gravidade do crime não é fundamento válido para afastar o requisito subjetivo necessário à progressão do paciente ao regime intermediário.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções que progrediu o paciente ao regime semiaberto.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de progressão do paciente ao regime semiaberto é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator